



Imprimir



Fale Conosco

Zoom+  
Zoom-Edições  
Anteriores

Busca

ANO VI - Número 66  
Brasília, 10/10/2011

## MULHERES EM PAUTA

### Uma nova perspectiva de transformação

No mês em que a Lei Maria da Penha (11.340/06) completou três anos de sanção, o Jornal do Brasil publicou na edição de quinta-feira (06/08), um artigo da ministra Nilcéa Freire, da SPM. Além de defender que a Lei trouxe mudanças no comportamento da sociedade frente à violência contra as mulheres, ela alerta que, apesar dos avanços, ainda há desafios a enfrentar, como a cultura machista que permanece arraigada na sociedade, perceptível pela resistência à implementação da Lei Maria da Penha por parte de alguns setores da sociedade. Ao longo do mês, artigos da ministra também foram publicados nos principais jornais do Maranhão, Belém, Goiás, Minas Gerais, Bahia, Alagoas e Rio Grande do Sul.



Foto: \_Glauccio Dettmar

[Leia a íntegra do artigo.](#)



### Três anos de Lei I

A SPM realizou, no dia 6 de agosto, em seu auditório, em Brasília, uma solenidade para celebrar os três anos da Lei Maria da Penha na qual lançou o "Prêmio Boas Práticas na Aplicação, Divulgação ou Implementação da Lei Maria da Penha", divulgou o balanço semestral da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 - e apresentou o I Relatório do Observatório de Monitoramento da Lei Maria da Penha. Prestigiaram o evento, o secretário da Reforma do Judiciário, Rogério Favreto, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), a deputada Nilmar Ruiz, a farmacêutica Maria da Penha, que dá nome à lei, a coordenadora do Observatório de Monitoramento da Lei Maria da Penha, Cecília Sardenberg, a vítima de violência doméstica Maria Iracema, convidada especial e ativista da Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contras as Mulheres, na Bahia, dentre outros.



### Três anos de Lei II

## AGENDA

### Diálogos sobre segurança pública

A ministra Nilcéa Freire, da SPM, apresenta à imprensa os resultados do estudo Mulheres: Diálogos sobre Segurança Pública, elaborado com o apoio dos Organismos da ONU (UNODC, UNIFEM, UNFPA), da Fundação Friederich Ebert Stiftung (FES), do Ministério da Justiça e da Coordenação da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública. Será no dia 26, às 10h, no Salão Negro do Ministério da Justiça. Também estarão presentes outras autoridades, especialistas e pesquisadores em Segurança Pública que acompanharão os encontros e algumas das mulheres que participaram dos debates. Realizada em sete cidades do país - Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Belém e Canoas, a iniciativa reuniu 213 mulheres de diferentes ocupações, orientações sexuais e religiosas para discutir o problema da violência. O objetivo do estudo, inédito no Brasil, foi identificar a visão das

mulheres e suas propostas para melhoria da segurança pública. Os resultados serão levados à 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg), que acontece em Brasília, entre os dias 27 e 30 de agosto.



### **Conseg I**

Promovida pelo Ministério da Justiça, a 1ª Conseg, é uma iniciativa inédita destinada à superação de entraves que colocam o tema entre as três maiores preocupações dos brasileiros. Durante a Conferência serão discutidos temas como gênero, cidadania, participação popular, prevenção e repressão ao crime, entre outros. O intuito é elaborar uma nova Política Nacional de Segurança Pública, que será construída a partir da participação do poder público (gestores e servidores) e da sociedade civil. A expectativa é reunir mais de dois mil representantes de todo o Brasil, eleitos nas etapas municipais e estaduais. A abertura ocorre no dia 27, às 17h, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, e conta com a participação do presidente Lula, ministros de Estado, autoridades dos Poderes Judiciário e Legislativo, sociedade civil, convidados, entre outros.



**Conseg I**

No dia 27, às 19h30, na Feira de Conhecimento da 1ª Conseg, a ministra Nilcéa Freire abre o estande da SPM. Nele, haverá a mostra fotográfica "Por uma cultura de paz" e lançamentos do vídeo-documentário "Mulheres: diálogos sobre segurança pública", do livro "Segurança Pública, outros olhares novas possibilidades" e da cartilha "Mulheres: diálogos sobre segurança pública. Uma contribuição à 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública", da SPM. No dia seguinte (28/08), às 10h30, a ministra Nilcéa Freire e o secretário nacional de Segurança Pública, Ricardo Balestreri, e o coordenador do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), Ronaldo Teixeira, participam da Mesa de Contextualização.

**Encontros**

A SPM realiza, nos dias 31 de agosto e 1º de setembro, em Brasília, o Encontro Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres. A abertura ocorre no dia 31, às 18h, com o painel "A institucionalidades das políticas de gênero no Brasil: o balanço de sete anos", e conta com a

## Três anos de Lei III



Foto: \_Charles Damasceno

*O melhor é que a sociedade não precise de uma lei dessa natureza para funcionar com igualdade*

Em seu pronunciamento, a juíza e ex-conselheira do Conselho Nacional de Justiça, Andréa Pachá, demonstrou preocupação quanto ao futuro da Lei Maria da Penha. "Num momento em que se discute a efetividade da Lei Maria da Penha, o Congresso prepara uma proposta de reformulação do Código do Processo Penal, procedendo alterações que fulminam uma lei dessa natureza - que tanto tempo nos custou". Ela também falou sobre a importância dos Juizados Especiais e da compreensão dos magistrados sobre o tema e espera que no futuro a Lei não exista mais. "O ideal é que um dia possamos nos encontrar para comemorar o fim da lei, por que o melhor é que a sociedade não precise de uma lei dessa natureza para funcionar com igualdade", disse Andréa Pachá. A farmacêutica Maria da Penha falou sobre as mulheres que sofrem violência doméstica e também lembrou dos filhos órfãos de mães, vítimas dessa violência praticada por seus companheiros. A convidada especial da SPM, Maria Iracema, disse que estava ali como mulher que sofreu violência. "Eu sofri durante vinte anos. Mas um dia eu dei um basta no meu sofrimento e tirei ele (o marido) de casa e resgatei minha autoestima. Hoje sou uma nova mulher e cuido de mulheres em situação de violência".



## Prêmio Boas Práticas I

O principal ponto da cerimônia foi o lançamento, pela ministra Nilcéa Freire, do Prêmio de Boas Práticas na Aplicação, Divulgação ou Implementação da Lei Maria da Penha. Criado para estimular a correta aplicação da legislação, o prêmio será concedido às pessoas físicas ou jurídicas indicadas por terceiros, cujos trabalhos ou ações merecem especial destaque no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher por meio da Lei Maria da Penha. São cinco as categorias disponíveis: Implantação de programas e políticas; Criação e implementação de serviços; idealização ou realização de campanhas; realização de estudos e pesquisas; e realização de matérias jornalísticas.



participação das ministras Nilcéa Freire, da SPM, representantes da Bancada Feminina, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), entre outros. No dia 2, a SPM promove, em parceria com a Bancada Feminina do Congresso Nacional, e com o apoio da Secretaria de Mulheres da UNALE (União dos Legislativos Estaduais), o Encontro Nacional de Deputadas e Senadoras. Os eventos, que acontecem na Academia de Tênis (SCES Trecho 4, Conjunto 5, Lote1B, Parte A), têm como objetivo reunir gestoras das políticas de gênero e parlamentares para discutirem a construção dos planos estaduais e municipais de políticas para as mulheres, conforme as diretrizes previstas no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, além de debater a ocupação feminina dos espaços de poder e a ampliação da representação feminina nos parlamentos.



## ACONTECEU

### Declaração de Belém I

Os governos do Suriname e do estado do Pará aprovaram a Declaração de Belém. O documento propõe medidas de combate ao tráfico de seres humanos estabelecido através da fronteira entre Brasil e

Suriname. A

Declaração de Belém traz em seu texto as recomendações e conclusões dos grupos de trabalho do I Encontro Binacional Brasil - Suriname, com o tema Diálogos sobre Atenção à Migração Feminina entre Brasil e Suriname, realizado entre 14 e 15 de maio, em Belém.

[Acesse aqui a](#)

[Declaração de Belém](#)



### **Declaração de Belém II**

O evento foi promovido pelo governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, em conjunto com a SPM, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes e a ONG Sódireitos. Os objetivos foram fortalecer a articulação das organizações governamentais e da sociedade civil organizada no Brasil e no Suriname para promover ações integradas de atenção à migração feminina entre os dois países, através de um encontro binacional, com o fortalecimento da articulação das organizações governamentais e da sociedade civil.



### **Brasil-Suriname**

O Encontro Binacional Brasil - Suriname é considerado uma das principais estratégias do Plano Estadual de

O principal ponto da cerimônia foi o lançamento, pela ministra Nilcéa Freire, do Prêmio de Boas Práticas na Aplicação, Divulgação ou Implementação da Lei Maria da Penha. Criado para estimular a correta aplicação da legislação, o prêmio será concedido às pessoas físicas ou jurídicas indicadas por terceiros, cujos trabalhos ou ações merecem especial destaque no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher por meio da Lei Maria da Penha. São cinco as categorias disponíveis: Implantação de programas e políticas; Criação e implementação de serviços; idealização ou realização de campanhas; realização de estudos e pesquisas; e realização de matérias jornalísticas. ▲



Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, aprovado pelo governo do Pará em abril deste ano. As ações traçadas pelo plano possuem três finalidades: prevenção, atenção às vítimas e repressão ao crime. O plano estadual tem como base o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Governo Federal e ambos seguem as diretrizes propostas pela Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. ▲

### **Trabalhadoras domésticas I**

Trabalhadoras domésticas do Brasil, Bolívia, Guatemala e Paraguai se reuniram, de 21 a 23 de agosto, em Brasília, para defender a criação de uma convenção internacional para a regulamentação do trabalho doméstico. O encontro intensifica a mobilização da categoria nos países da América Latina e Caribe para assegurar a igualdade de direitos trabalhistas na 99ª Conferência Internacional do Trabalho, que acontecerá em 2010, em Genebra. O trabalho doméstico representa 4 a 10% da força de trabalho dos países em desenvolvimento. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), na América Latina somente 23% das trabalhadoras domésticas

## Prêmio Boas Práticas I I

possuem benefícios de seguridade social.



### Trabalhadoras domésticas II

No Brasil, a Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) se posiciona pela criação de convenção internacional - instrumento com equivalência de legislação nacional nos países signatários. A entidade é porta-voz de 8 milhões de profissionais e pretende encaminhar ao governo federal suas demandas trabalhistas, para subsidiar uma Proposta de Emenda Constitucional de equiparação de direitos com as demais categorias profissionais. Com representação da Confederação Latino-americana e Caribenha das Trabalhadoras Domésticas, a Oficina Nacional das Trabalhadoras Domésticas: Construindo o Trabalho Decente vai encaminhar o posicionamento da categoria para as centrais sindicais brasileiras. Essa é a instância da sociedade civil consultada no processo da 99ª Conferência Internacional do Trabalho. O encontro é uma das estratégias de fortalecimento da articulação das trabalhadoras domésticas na América Latina. Conta com o apoio da SPM, UNIFEM Brasil e Cone Sul - por meio de assessoria

As indicações poderão ser feitas na página

técnica e política do Programa Gênero, Raça e Etnia -, OIT, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea).



**Expediente:**

ASCOM/SPM

Jornalista responsável:

Gabriela do Vale ( DF 2488JP )

Editoração: ASCOM/SPM

Telefone: (55 61) 3411-4214

[spmimprensa@spmulheres.gov.br](mailto:spmimprensa@spmulheres.gov.br)

O conteúdo do boletim pode ser reproduzido parcial ou totalmente, desde que seja citada a fonte.

<http://www.spmulheres.gov.br> até o dia 8 de março de 2010 e os vencedores serão conhecidos em agosto do mesmo ano, durante o quarto aniversário da Lei Maria da Penha. Aos escolhidos serão concedidos diploma e trabalho artístico. Podem concorrer integrantes ou instituições do sistema de justiça, dos executivos estaduais ou municipais, do sistema de segurança pública, da sociedade civil, de instituições acadêmicas, jornalistas e/ou órgãos de mídia.



## Balanço da Central I

A Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 -, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, registrou, de janeiro a junho deste ano, 161.774 atendimentos - um aumento de 32,36% em relação ao mesmo período de 2008, quando houve 122.222 atendimentos. Em números absolutos, o estado de São Paulo é o líder do ranking nacional, com um terço dos atendimentos (54.137), seguido pelo Rio de Janeiro, com 12,28% (19.867). Em terceiro lugar está Minas Gerais com 6,83% (11.056).

Acesse a [Tabela](#) do ranking nacional



## Balanço da Central II

### *Lei Maria da Penha*

Parte significativa do total de atendimentos (47,37%) deve-se à busca por informações sobre a Lei Maria da Penha que registrou, no primeiro semestre deste ano, 76.638 atendimentos contra 49.416, no primeiro semestre de 2008. O crescimento corresponde, de um semestre para o outro, a 55,09%.



## Tipos de violência

Dos 17.231 relatos de violência, 93% são relacionados à violência doméstica e familiar, sendo que em 67% desse, os agressores são, na sua maioria, os próprios companheiros. Do total desses relatos, 9.283 foram de violência física; 5.734 violência psicológica; 1.446 violência moral; 256 de violência sexual; 54 de cárcere privado; 17 de tráfico de mulheres; e 60 outros. Na maioria das denúncias/relatos de violência registrados no Ligue 180, as usuárias do serviço declaram sofrer agressões diariamente (69,28%). No primeiro semestre de 2009, houve 811 relatos de violência, classificados como dano emocional ou diminuição da auto-estima. A categoria foi inserida no sistema a partir de março deste ano para dar visibilidade a uma demanda recorrente, que apesar de não estar tipificada no código penal como crime, está muito presente no discurso das mulheres que utilizam os serviços da Central. A maior parte das mulheres que entrou em contato com a central é negra (43,26%), tem entre 20 e 40 anos (66,97%), é

casada (55,55%) e um terço delas cursou até o ensino médio.



## Ranking proporcional à população feminina por estado

Quando considerada a quantidade de atendimentos, relativa à população feminina de cada estado, o Distrito Federal é a unidade da federação que mais entrou em contato com a Central, com 242,1 atendimentos para cada 50 mil mulheres. Em segundo lugar está São Paulo com 129,6 e em terceiro, Espírito Santo, com 123,3. Acesse a [Tabela por UF](#) da população feminina para cada 50 mil mulheres.



## Observatório de Monitoramento da Lei Maria da Penha

O I Relatório de Validação de Metodologia do Observatório de Monitoramento da Lei Maria da Penha, do Observatório da Lei Maria da Penha (Observe), está disponível na página <http://www.observe.ufba.br>. Trata-se de um levantamento conduzido entre Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Brasília, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belém e Salvador, no período de maio a agosto de 2008. Também traz o Estudo de Caso realizado no Juizado de Violência Doméstica de Cuiabá. A próxima etapa da pesquisa deverá envolver os 26 estados e o DF. No processo de monitoramento da Lei Maria da Penha, o Observe acompanha a implementação dos serviços de atendimento à mulher em situação de violência em todo o Brasil.



## Ação Declaratória de Constitucionalidade

### *Lei Maria da Penha*

A ministra Nilcéa Freire se reuniu com o ministro Marco Aurélio Mello e com a secretária-geral da AGU, Grace Mendonça, que na ocasião representava o Advogado-Geral da União, Antonio Dias Tóffoli, no dia 4 de agosto, com o objetivo de solicitar a colocação em pauta no STF da Ação Declaratória de Constitucionalidade da Lei Maria da Penha. Na ocasião, o ministro deu garantias de que o tema entrará em pauta até o fim do ano. A ação tem por objetivo declarar a constitucionalidade e padronizar a aplicação da Lei em todo o território brasileiro. O Ministério Público Federal já deu parecer favorável, mas para que a Lei seja aplicada de maneira uniforme pelo poder judiciário é necessário que a ação seja julgada pelo STF. A Lei Maria da Penha ainda gera dúvidas no poder judiciário. Alguns acreditam que ela deve ser aplicada em benefício dos homens, como aconteceu recentemente no Rio Grande do Sul, ou mesmo negam sua aplicabilidade. Um dos principais argumentos dos juízes para não aplicar a Lei Maria da Penha em decisões é de que ela afrontaria o princípio da igualdade, previsto no artigo 5º da Constituição.



## Crime de exploração sexual

O projeto de lei aprovado no dia 11 deste mês, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Exploração Sexual, do Senado Federal, aumentou a punição para este tipo de crime, que agora é considerado contra a dignidade sexual e não contra os costumes. Assim, tanto homens quanto mulheres podem ser vítimas de crimes contra a liberdade e o desenvolvimento sexual. O projeto de lei tramitava no Congresso havia cinco anos. A partir de agora, a pena é aumentada em 50% quando o agressor é o responsável pela vítima ou em casos que resultaram em gravidez. Se houver transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, há um aumento de um sexto à metade do tempo de condenação. Outra mudança importante trazida pela nova lei é a tipificação do crime de tráfico de pessoas. Além disso, foi criada a expressão "estupro de vulnerável" para qualquer ato libidinoso praticado com meninos e meninas de até 14 anos ou contra pessoas com deficiência mental. Neste caso, a pena é de 15 anos de reclusão. Em casos de estupro contra garotas de 14 a 18 anos, a pena é de 12 anos de prisão. Se for seguido de morte, a pena máxima, que hoje é de 25 anos, passa para até 30 anos de prisão. Foi determinado também o aumento da pena para assédio sexual contra menores de 18 anos. A partir de agora, a pena mínima é de 1 ano e 4 meses a 2 anos e oito meses de reclusão. O tráfico de pessoas, se

ocorrer no Brasil, terá pena de reclusão de dois a seis anos. Caso seja internacional, vai de três a oito anos. A pena é aumentada da metade, nos dois casos, se a vítima tiver menos de 18 anos ou se sofrer enfermidade ou doença mental.



## Minirreforma eleitoral I

A reforma eleitoral (PL 5498/2009), já aprovada pela Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado, foi discutida, no último dia 20, em audiência pública das comissões de Constituição e Justiça e de Ciência e Tecnologia. Participaram a ministra Nilcéa Freire, da SPM, o diretor do Departamento de Informática da Universidade de Campinas, Jorge Stolfi, o representante do PDT para acompanhamento do desenvolvimento dos sistemas eleitorais, o engenheiro Amílcar Brunazo Filho, o secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal Superior Eleitoral, Giuseppe Dutra Janino, as senadoras Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Serys Slhessarenko (PT-MT), entre outros senadores. O projeto de reforma eleitoral altera várias regras em vigor, como a inclusão do uso geral da internet nas campanhas eleitorais, a previsão do voto impresso a partir das eleições de 2014, a exigência de documento com foto, juntamente com o título de eleitor, para votar nas eleições de 2010. Além disso, prevê várias mudanças às candidaturas das mulheres: reserva de 5% do Fundo Partidário tem de ser aplicado na formação política das mulheres; 10% do tempo de propaganda partidária dos partidos serão utilizados pelas mulheres dos partidos; passa a ser obrigatório o preenchimento pelos partidos dos 30% de vagas destinadas ao sexo oposto; e se o partido não cumprir o preenchimento dessas cotas, a sanção será de 2,5% a mais do Fundo Partidário destinado à formação das mulheres.



## Minirreforma eleitoral II

"Apelo para que o que ficou acordado pela Câmara como o mínimo dos mínimos que poderíamos fazer nesse momento seja preservado no âmbito do Senado. Em momentos importantes de nossa história, esta casa mostrou sensibilidade para garantir os direitos da mulher, como na aprovação da Lei Maria da Penha. Assim, reitero este apelo para que se reconheça este como um passo importante para a consolidação da jovem democracia brasileira", afirmou Nilcéa Freire.

Ela também taxou de incompatível com o processo democrático do país o fato de haver apenas 9% de mulheres parlamentares no congresso nacional. "É o mesmo patamar que encontramos em casas legislativas estaduais e municipais. O Brasil está atrás de países africanos e latino-americanos quando se fala na participação política das mulheres e isso não condiz com a luta emancipatória da mulher brasileira", enfatizou a ministra.



## PL sem alterações

Na sessão aberta pelo presidente da CCJ, senador Demóstenes Torres (DEM-GO) e presidida pelo vice da comissão, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), as senadoras Lúcia Vânia e Serys Slhessarenko, se comprometeram em trabalhar para que não se altere o que já está previsto no projeto. "É diminuto em relação às necessidades das mulheres e não pode ficar menor", disse Slhessarenko. Já Lúcia Vânia, lamentou o fato de que haja uma recomendação para que não sejam apresentadas emendas ao PL sob o argumento de que se o projeto voltar à Câmara, poderá perder o princípio da anuidade e não entrar em vigor já nas eleições de 2010. Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Geraldo Mesquita (PMDB-AC), Flávio Torres (PDT-CE) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) também fizeram pronunciamentos em que exaltaram a força da mulher na política e a necessidade de que a minirreforma contemple as questões de gênero. "Mas caso não sejam previstas punições para partidos que descumprirem a cota, por exemplo, corremos o risco de ter candidatas fantasmas e de a Lei não funcionar", lembrou o senador Flávio Torres.



## Comissão Tripartite I

As propostas à reforma eleitoral, no que diz respeito às candidaturas das mulheres, são resultado do trabalho da Comissão Tripartite - composta por representantes do Poder Executivo, do Legislativo e da sociedade civil -, do empenho da Bancada Feminina do Congresso Nacional e da mobilização do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos e do movimento social, por meio da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), da União Brasileira de Mulheres (UBM), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea). No dia 30 de junho, a Comissão Tripartite enviou carta ao presidente da Câmara, deputado Michel Temer, reivindicando a necessidade de mudança da atual sub-representação feminina na política brasileira. A carta originou um folder que foi entregue aos parlamentares e conclama a Câmara dos Deputados a promover o aprofundamento da democracia brasileira, realizando as mudanças necessárias na legislação eleitoral. A Comissão afirma que, seguindo uma tendência mundial, os Estados não devem apenas reconhecer, mas promover o direito de participação política das mulheres. Uma demanda, também, de boa parte da sociedade brasileira, como revelou pesquisa elaborada pelo IBOPE, Instituto Patrícia Galvão e SPM, divulgada em fevereiro de 2009. De acordo com o estudo, 75% das pessoas entrevistadas disseram ser favoráveis às cotas e 86% defenderam punições aos partidos políticos que não as obedecem.



## Comissão Tripartite II

Instituída pela Portaria nº 15/2009. É coordenada pela subsecretária de Articulação Institucional da SPM, Sônia Malheiros, e participam dela Magaly de Carvalho, da Casa Civil; Fernando Macedo Sousa, da Secretaria de Relações Institucionais; Pedro Vieira Abramovay, do Ministério da Justiça; Maria Helena Pessoa Pimentel, da Secretaria Geral; as deputadas Rita Camata (PMDB/ES), Luiza Erundina (PSB/SP), e Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) e os senadores Serys Slhessarenko (PT/MT) e Renato Casagrande (PSB/ES). A sociedade civil é representada nesta Comissão por Raquel Guizoni, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; Natalia Mori, do Cfemea; Silvia Camurça, da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB); Liége Rocha, do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres do Partidos Políticos e Carmen Foro, da Marcha Mundial de Mulheres.



## Baixa representatividade

Segundo levantamento da União Interparlamentar (UIP), em setembro de 2008, as mulheres brasileiras representavam apenas 9% da Câmara Federal - o que colocava o Brasil na 142ª colocação no ranking entre os 188 países pesquisados. O número brasileiro impressiona mais ao comparado com outros países caribenhos, centro e sul-americanos. Em Cuba, as mulheres ocupam 43,2% das cadeiras do parlamento; na Argentina, 40%; no Peru, 29,2%; no Equador, 25%; na Venezuela, 18,6%; na Bolívia, 16,9%; no Chile, 15%; e no Paraguai, 12,5%. Nas Américas, o Brasil permanece à frente apenas da Colômbia, do Haiti e de Belize.



## Guia turístico I

O guia turístico com visão preconceituosa sobre mulheres brasileiras, Rio For Partiers, foi proibido de circular. Essa foi a decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) após recurso apresentado pela Advocacia-Geral da União (AGU), em defesa da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur). Seu conteúdo foi considerado ofensivo à Política Nacional do Turismo e incitante ao turismo sexual. Além disso, a publicação usa irregularmente o selo Marca Brasil, criado para divulgar o país no exterior. O TRF2 determinou à Editora Solcat Ltda. a retirada imediata do material, inclusive da página na internet, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil.



## Guia turístico II

Entre as classificações preconceituosas sobre a mulher brasileira, estão "popozuda" ("Máquina de sexo

bunduda. O motel é sempre uma possibilidade com essas maravilhas") e "Balzac" ("quer se divertir, dançar, beber e beijar. Trate-as como uma dama que elas te tratarão como um rei, talvez não hoje à noite, mas amanhã com certeza"). O guia também apresenta uma indicação de locais para os turistas que buscam sexo na cidade do Rio de Janeiro.



## Expresso Cidadã I

A SPM e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) inauguraram, nesta sexta-feira (21/08), em Salvador, 13 unidades-móveis (Expresso Cidadã) do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), durante a I Feira da Economia Feminista e Solidária da Bahia. Estiveram presentes a ministra Nilcéa Freire, da SPM, o ministro Guilherme Cassel, do MDA, e o governador da Bahia, Jacques Wagner, representantes de movimentos sociais e movimentos ligados às mulheres. "A construção de um País mais igual tem que ser proporcional a igualdade de direitos conquistados pelas mulheres", disse o ministro Guilherme Cassel, ao se referir às 13 unidades-móveis do Expresso Cidadã. Também falou sobre a relevância do PNDTR. Criada em 2004, a ação já expediu, gratuitamente, mais de 1 milhão de documentos civis básicos em todo o País, beneficiando 450 mil mulheres. Ele lembrou que a mulher no meio rural sempre foi um pilar de sustentabilidade da família. Ele destacou, também, os mais de 35 mil contratos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), na modalidade Mulher, que representam a aplicação de R\$ 250 milhões para empreendimentos dirigidos por mulheres no País.



## Expresso Cidadã II

A ministra Nilcéa Freire salientou que, por meio das políticas públicas, as mulheres começam a traçar seus destinos com o reconhecimento da sua produção no campo e na floresta. "Os avanços refletem não apenas nas mulheres, mas em toda a sociedade brasileira. Assim é que se pode construir um Brasil sustentável", frisou. Durante o evento, ainda foi lançada a campanha "Mulheres Donas da Própria Vida". Um spot foi veiculado sobre o tema, que tem como foco o combate à violência da mulher no campo e na floresta.



## Expresso Cidadã III

As unidades- móveis são ônibus adaptados para emissão de documentos civis e trabalhistas. Cada Expresso Cidadã custou R\$ 513 mil. Com o lançamento de mais 13 unidades, já são 15 Expressos atuando no País. A estimativa é de que até o final de 2010 uma frota de 27 ônibus e dois barcos esteja à disposição do Programa de Documentação. Além da Bahia, as unidades do Expresso Cidadã passam a atender, neste ano, os estados do Ceará, Pernambuco, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Roraima, Tocantins, Rondônia, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará e Acre. As unidades possuem mais autonomia e poderão chegar a comunidades de difícil acesso para a emissão de documentos.



## Mutirões

Em quatro anos do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, por exemplo, foram realizados 1.750 mutirões em mais de dois mil municípios brasileiros, resultando na emissão de mais de um milhão de documentos e 450 mil mulheres atendidas. O nordeste é a região com mais documentos expedidos: 503.278 mil.



## Margarida Alves

Trabalhadoras e trabalhadores rurais homenagearam, no dia 12, durante o 2º Grito da Terra Nordeste, em Natal, a sindicalista Margarida Alves. Na ocasião, a Contag e a SPM lançaram a campanha Mulheres Donas da Própria Vida, de combate à violência contra mulheres do campo e da floresta. Participaram do

evento, a ministra Nilcéa Freire, da SPM e a secretária nacional da Contag, Carmen Foro. Em 12 de agosto de 1983, ela foi assassinada na porta de sua casa por latifundiários do grupo Várzea, na cidade paraibana de Alagoa Grande. Por causa de sua coragem e luta em defesa dos direitos de mulheres e homens do campo, ela se tornou símbolo da luta das trabalhadoras rurais.



## Bom Dia Ministro



Foto: \_Agência Brasil

Na quarta-feira (06/08), a ministra Nilcéa Freire falou ao Programa Bom Dia Ministro sobre os três anos de Lei Maria da Penha. Durante a entrevista, a ministra afirmou que a Lei Maria da Penha diminuiu a tolerância da sociedade brasileira aos casos de violência contra a mulher. Também falou sobre o "Prêmio de Boas Práticas na Aplicação, Divulgação ou Implementação da Lei Maria da Penha" e divulgou os dados da Central de Atendimento à Mulher. Participaram do programa 12 emissoras de rádios de todo o país. [Ouça a entrevista.](#)



## Pacto no Rio Grande do Norte I

O Rio Grande do Norte é o 18º estado a aderir ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Pernambuco, Bahia, Ceará, Maranhão, Sergipe, Alagoas, Paraíba são os estados nordestinos onde o Pacto está em andamento. A ministra Nilcéa Freire, da SPM, e a governadora do Rio Grande do Norte, Wilma Maria de Faria, assinaram, no último dia 12, Acordo de Cooperação Federativo com o estado e 18 municípios para a implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. O Acordo de Cooperação estabelece um regime de colaboração mútua para execução de ações cooperadas entre governos federal e estadual e prefeituras. Participaram da cerimônia as deputadas estaduais Fátima Bezerra e Sandra Rosado, a coordenadora da Mulher do Estado, Maria Amélia, dentre outras autoridades.



Fotos: \_Ivanízio Ramos

## Pacto no Rio Grande do Norte II

A implantação do Pacto Nacional vai permitir uma série de avanços no combate à violência contra as mulheres. A principal delas é a implantação de uma rede de atendimento envolvendo cinco secretarias estaduais: de Justiça e Cidadania, de Trabalho, Habitação e Ação Social, de Educação e Cultura, de Saúde Pública e de Defesa Social. O Pacto compreende um conjunto de ações de proteção, promoção e

prevenção, com investimento de R\$ 7,3 milhões, entre recursos próprios e federais.



Se você não quiser mais receber este informativo, [clique aqui](#).

**Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**  
Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes -  
Zona Cívica Administrativa  
70150-900 Brasília DF  
Telefone: (61) 3411-4330 e 3411-4246  
[spmulheres@spmulheres.gov.br](mailto:spmulheres@spmulheres.gov.br) [www.spmulheres.gov.br](http://www.spmulheres.gov.br)